

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

La dictadura brasileña y el concepto de terrorismo de Estado: contribuciones de la experiencia argentina.

Bauer, Caroline Silveira (Universidad Federal del Río Grande del Sur).

Cita:

Bauer, Caroline Silveira (Universidad Federal del Río Grande del Sur). (2007). *La dictadura brasileña y el concepto de terrorismo de Estado: contribuciones de la experiencia argentina*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1018>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

La dictadura brasileña y el concepto de terrorismo de Estado: contribuciones de la experiencia argentina

Caroline Silveira Bauer*

Introdução

A coruja de Minerva só voa ao anoitecer. Esta metáfora foi utilizada por Hegel para afirmar que a teoria – representada pela coruja, animal de estimação de Minerva (nome latino de Atena), deusa da sabedoria na mitologia grega – sempre chegava tarde: somente constituía-se como conhecimento após a experiência dos acontecimentos e das circunstâncias que motivaram a reflexão teórica.

Passados mais de 20 anos do término da ditadura instaurada em 1964, a reflexão sobre a experiência do terror vivenciada durante o regime ditatorial encontra-se em descompasso comparada aos demais países do Cone Sul. O vôo da coruja de Minerva, no Brasil, ainda, é incipiente, principalmente em relação à aplicação do conceito de terrorismo de Estado para o caso em questão. Há um “silêncio” por parte dos pesquisadores brasileiros relativo às reflexões teórica e conceitual que a abordagem do terrorismo de Estado suscita.

Algumas hipóteses podem ajudar a compreender esta lacuna na produção historiográfica brasileira. Em primeiro lugar, esse “silêncio” não pode ser interpretado como um indício de que o tema não é mais relevante. No ano de 2004, com as comemorações oriundas dos 40 anos de aniversário do golpe, várias palestras foram feitas no âmbito universitário e para a sociedade em geral; muitos artigos foram publicados em jornais e revistas; livros acadêmicos e memorialistas foram editados; e, para finalizar esta série de exemplos, muitos protagonistas dos episódios da ditadura militar vieram a público dar suas versões de acontecimentos, alguns inéditos, outros já conhecidos. Além disso, continua existindo a polêmica da abertura dos arquivos repressivos e das indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Isso tudo faz com que o tema da ditadura brasileira continue tendo uma grande importância na sociedade e para os pesquisadores que, a cada ano, produzem mais pesquisas sobre a temática.

Uma segunda hipótese seria a ausência de dados empíricos que comprovassem as práticas de terror implantadas sistematicamente pelo Estado. No entanto, a pesquisa empírica demonstra muitos indícios da metodologia do terrorismo de Estado, principalmente na ação

* Professora de História e historiadora, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

repressiva. Cabe lembrar ainda, que não há nenhum trabalho que tenha feito o exercício de apropriação de um arcabouço teórico desenvolvido nos países que também passaram pela experiência histórica do terrorismo de Estado e refutado o referencial teórico-conceitual para o caso brasileiro.

Ainda, em relação a questões historiográficas, uma terceira hipótese seria a cunhagem, pela historiografia brasileira, de determinadas análises que acabaram por restringir o campo de possibilidades de novas interpretações.

Uma dessas análises é a dicotomização ideológica das Forças Armadas em “duros” e “moderados”, que começou a ser contestada principalmente após os depoimentos de militares ao projeto do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Segundo os organizadores desses depoimentos, “esses são os tipos consagrados [“duros” e “moderados”], cuja existência é confirmada pelos depoentes. Entretanto, os depoimentos ajudaram, e muito, a repensar a dinâmica militar do regime e a quebrar certos tabus. Houve “duros” e “moderados”, duas tendências expressivas dentro dos quartéis, mas é demasiado simplista a tese de que pura e simplesmente eles se revezavam no poder.”¹ Nesta dissertação, não serão negadas as inúmeras diferenças ideológicas existentes dentro dos quartéis – que, na verdade, eram muito mais amplas que essa simples dicotomia. A divisão ideológica das Forças Armadas em “duros” e “moderados” dificulta o estudo da ditadura como um regime de terrorismo de Estado, na medida em que vincula as “ondas de terror” do regime à gestão dos “duros”, personificando em determinados governos práticas terroristas que foram implantadas em todo o período. Um exemplo é a utilização do termo “terrorismo” ou “terror” – de modo muito mais adjetivo que analítico – referindo-se aos anos que ficaram consagrados como “Anos de Chumbo”, período que corresponde ao governo do general Médici.

Outra análise presente na historiografia é que o aparato repressivo da ditadura foi montado de forma reativa, em resposta às ações de grupos da esquerda, armados ou não. Essa afirmação impede a utilização da conceituação de terrorismo de Estado já que nega a consolidação de um eficiente aparato repressivo como uma diretriz do Estado. Nesse sentido, a análise de Maria Helena Moreira Alves possui uma grande contribuição, na medida em que

¹ D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 20.

percebe ciclos de repressão e de liberalização do regime, mas sem negar o fato da institucionalização do terror se dar através de um projeto de governo.²

Por último, poderia se questionar se as próprias estratégias de legitimação utilizadas pelos militares não têm prejudicado a análise sobre tal regime, pois desde o golpe e ao longo de toda a ditadura, houve intentos para que, ambos não fossem percebidos como tais pela população.

Este artigo procura pontos de aproximação e distanciamento na possibilidade de aplicação do conceito de terrorismo de Estado para qualificar a experiência brasileira através da produção historiográfica argentina.

A discussão sobre terrorismo de Estado

O termo “terrorismo” foi empregado pela primeira vez com conotações políticas para designar o período de governo dos jacobinos durante a Revolução Francesa (1789) e, mais especificamente, as ações do tribunal revolucionário, onde a violência sistemática foi utilizada contra os adversários políticos do governo. Durante o século XX, a diversidade de grupos e Estados que se valeram das práticas de terror fizeram com que alguns autores e o público em geral empregassem o termo de forma arbitrária, auto-evidente e extensional, e, neste sentido, o atentado de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* contribuiu para reforçar uma apropriação político-ideológica de caráter pejorativo do conceito,³ a qual atribui o qualitativo “terrorista” sempre ao outro.⁴

A partir deste último evento, novos questionamentos foram feitos aos especialistas. A necessidade de uma definição conceitual mais rigorosa em relação ao termo “terrorismo” levou os pesquisadores a recuperar algumas manifestações empíricas do fenômeno na história, como as reflexões teóricas que estes eventos suscitaram sobre o conceito de “terror” e de “terrorismo”.⁵ Héctor Luis Saint-Pierre afirma que o desenvolvimento de uma teoria sobre “terrorismo” somente tornar-se-ia factível se “quedar[se] perfectamente claros los criterios

² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

³ SAINT-PIERRE, Héctor L. ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir “terrorismo”. In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). *Escritos sobre terrorismo*. Buenos Aires. Prometeo Libros, 2003. p. 43.

⁴ *Ibid.*, p. 53. A prática de atribuir o adjetivo “terrorista” ao outro foi recorrente por parte dos militares durante a vigência dos Estados de Segurança Nacional do Cone Sul levando, inclusive, ao desenvolvimento da chamada *Teoría de los Dos Demonios*, onde a violência da direita – terrorismo – era justificada pela violência da esquerda e vice-versa. Para maiores informações, cf. TEROL, José Manuel Barrio. Insurgencia y represión: acerca de la teoría de los dos demonios. *HAOL*, [s. l.], n. 8, out. 2005, p. 91-104.

⁵ SAINT-PIERRE, Héctor L. *Op. cit.*, p. 47.

para definir terrorismo, así como deben ser explicitados los criterios de aplicación de esa definición y discutidos los medios más eficaces para llevar a cabo ese combate, [...]”⁶

Os primeiros a definirem as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul como regimes de terrorismo de Estado foram as comissões de familiares de mortos e desaparecidos políticos e as organizações de direitos humanos. O emprego desta terminologia por esses grupos deu-se de uma maneira muito mais adjetiva que analítica e conceitual, com conotações éticas e políticas, já que agregava, intrinsecamente, um caráter de denúncia.

Enquanto categoria analítica, o conceito passou a ser difundido nos anos de 1980 para designar a influência do governo estadunidense do presidente Ronald Reagan no enfrentamento aos projetos revolucionários e às organizações populares da América Central,⁷ o que evidencia o caráter recente de uma produção teórico-conceitual e empírica sobre o terrorismo de Estado latino-americano. Em relação aos Estados de Segurança Nacional, o defrontar-se dessas sociedades com a estratégia do terror e a sua conseqüente produção do silenciamento – através de leis de Anistia, da política do esquecimento, da conciliação e da normalização da sociedade – cria uma dificuldade – e, até mesmo, uma impossibilidade – em nomear, simbolizar ou representar essa experiência devido ao fato de que estes acontecimentos configuram-se como “alguma coisa do passado que ficou em suspenso”.⁸ A experiência do terror, principalmente em relação a seu efeito residual, impõe às Ciências Humanas alguns problemas conceituais devido à construção de sua representação conceitual e o caráter subjetivo do terror:

“[...] el terrorismo es una forma de violencia cuya realización se objetiva en el ámbito psicológico del individuo. Su objetivo es producir una psicológica reacción en el individuo: el terror, esto es, un pavor incontrolable. El terrorismo es un acto de violencia que provoca una conmoción social, una acción social reactiva, esto es, una violencia que procura condicionar comportamientos, una relación de fuerza. [...] El miedo es un fenómeno subjetivo y no hay cómo determinar objetivamente un umbral único para el terror, que dependerá de factores tan variables como los personales, los funcionales y los culturales.”⁹

⁶ *Ibid.*, p. 51.

⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 83-84.

⁸ CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 154.

⁹ SAINT-PIERRE, Héctor L. *Op. cit.*, p. 53-58.

As análises teóricas mais contemporâneas sobre o terror e o terrorismo de Estado aplicado pelos Estados de Segurança Nacional do Cone Sul romperam com a concepção do terror como algo diferente – ou além – de uma emoção pessoal, passível de ser analisada unicamente pela Psicologia. Os estudos citados anteriormente procuraram realizar uma contribuição política e sociológica sobre o medo, ou seja, entender o medo como uma tática repressiva aplicada pelo Estado que acaba por gerar o terror,¹⁰ abandonando as abordagens políticas, econômicas e sociais tradicionais do estudo do autoritarismo e dos regimes militares, principalmente pelo ineditismo dos regimes que se instalaram no Cone Sul da América Latina nas décadas de 1960 e 1970 e pelo grau da repressão empregada.¹¹ O terror passou a ser concebido em sua forma estrutural e institucional, nas formas de produção e disseminação na sociedade, na psicologia social do medo e nos efeitos produzidos em quem sofre e quem pratica as técnicas terroristas.¹²

Para o entendimento do terror como forma de dominação política é necessário pensá-lo como uma variante da violência de classes ou de grupos em que a força coercitiva, punitiva ou exemplar do poder de Estado, se orienta de maneira fundamental e sistemática a provocar o medo como forma de dissuasão, recorrendo aos meios mais variados e eficazes de ação psicológica, coletiva ou individual.¹³

Articulando-se o terrorismo aplicado pelo Estado com o contexto latino-americano das décadas de 1960, 1970 e 1980, pode-se afirmar que a promoção do terror como forma de dominação política foi feita pelas ditaduras civil-militares, mediante o uso ilimitado da violência institucional e com a ajuda técnica dos Estados Unidos, que proporcionaram equipes e assessores especializados para uma maior eficácia dos métodos repressivos.¹⁴ Buscando uma historicidade do conceito, a forma de terror aplicada nos países do Cone Sul corresponde a que havia sido aplicada desde a Guerra do Vietnã, onde houve “la máxima racionalización de los programas de contra-insurgencia, intervención militar y guerra psicológica, con uso de la

¹⁰ CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patrícia W.; GARRETÓN, Manuel A. Introduction. Fear: a cultural and political construct. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patrícia W.; GARRETÓN, Manuel A. (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Califórnia: University of California Press, 1992, p. 2.

¹¹ *Ibid.*, p. 4.

¹² *Idem.*

¹³ PIERRE-CHARLES, Gérard. Op. cit., p. 944.

¹⁴ *Ibid.*, p. 934.

ciencia social aplicada, del psicoanálisis e incluso de la cibernética contra los movimientos populares en las zonas dominadas de América Latina, Asia y África.”¹⁵

Os Estados de Segurança Nacional, que adotaram o terrorismo de Estado como forma de dominação política, não foram uma experiência contingente, mas integrante do conflito ideológico da Guerra Fria, como respostas à mobilização da sociedade civil frente à falência da ordem política dos mecanismos legais de coerção.¹⁶ Estes Estados, resguardadas as especificidades entre as diversas estratégias e os diferentes projetos, tiveram em comum uma certa noção de “interesses nacionais” ou “objetivos nacionais permanentes”, vistos como categorias seriamente ameaçadas por inimigos internos.¹⁷ Assim, o terrorismo de Estado foi utilizado por esses Estados – em diferentes escalas, de forma reduzida, parcial ou generalizada – para suprir a ineficácia ou insuficiência dos mecanismos de legitimidade e controle tendentes a lograr o consenso ou simplesmente manter a ordem.¹⁸ Definindo o terror aplicado pelos Estados de Segurança Nacional como “un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión ‘legal’ (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a ‘métodos no convencionales’, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada”¹⁹, evidencia-se a contradição interna que resultou na crise de legitimidade permanente ao longo da vigência desses Estados. Como um dos pressupostos do terror é a difusão do medo pela sociedade, suas práticas deveriam ser explicitadas para generalizá-lo e assegurar a dominação política, mas, ao mesmo tempo, os Estados de Segurança Nacional necessitariam negar a autoria desses crimes para não transgredir as normas jurídicas nacionais e internacionais que assegurariam – em teoria – o respeito aos direitos humanos, a fim de garantir uma irrisória legitimidade.

Nas constituições dos Estados democráticos estão previstas medidas de exceção para situações excepcionais. No entanto, é necessário distinguir essas medidas excepcionais dos casos “en que alegando también situaciones excepcionales se ha alterado el desenvolvimiento

¹⁵ *Ibid.*, p. 932.

¹⁶ KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Societies of fear: the legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999, p. 287

¹⁷ *Ibid.*, p. 10.

¹⁸ PIERRE-CHARLES, Gérard. *Op. cit.* p. 930.

¹⁹ BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 9

de la vida política e institucional do país actuando *contra-legem*”²⁰. Isto significa distinguir medidas de exceção e Estados de exceção, resultantes de uma nova estruturação do aparato governamental frente a uma grave crise social, “que debido a circunstancias límites, casi siempre motivadas por una crisis política grave, abandona la normatividad del Estado de derecho para adquirir formas excepcionales al margen de la legalidad institucional representada por el modelo tradicional del Estado democrático-parlamentario.”²¹ Em um primeiro momento, os Estados de Segurança Nacional do Cone Sul seriam Estados militares – um modelo de Estado de exceção – caracterizado pela projeção em toda a sociedade de características ideológicas e organizativas das Forças Armadas, num processo de militarização.²²

O Estado terrorista resultaria da institucionalização desse tipo de Estado, e teria por características o alto controle da sociedade civil, a aceitação e o consenso forçados baseados no terror, a militarização da sociedade concomitantemente com sua desarticulação (através do terror), e a estratégia da contra-insurgência. As ações que levariam à implantação do Estado terrorista seriam o controle do governo e do aparato coercitivo do Estado através da destituição das autoridades e corpos representativos e submissão do Poder Judiciário; a desarticulação da sociedade política e civil, através da supressão das liberdades públicas, dissolução dos partidos e organizações políticas; intervenção nos sindicatos e controle das universidades; controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais; e, por último, ataque a grupos profissionais de relevância social, como advogados, jornalistas, psicólogos, professores, escritores e artistas. As práticas desse Estado terrorista seriam a detenção-desaparecimento como metodologia central; o seqüestro como forma de detenção; técnicas psicofísicas de destruição dos prisioneiros; a tortura como método institucional; técnicas destruidoras como a presença da morte, a ruptura com o mundo exterior, a perda da noção de tempo, a coisificação, os vexames psicofísicos, a tensão constante; a manipulação psicológica dos prisioneiros; o aniquilamento físico, mascarado pelos “enfrentamentos”, “suicídios”, “justiçamentos”, “acidentes” e “atropelamentos”; o efeito multiplicador do terror, através da família da vítima, etc.

²⁰ DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 211

²¹ *Ibid.*, p. 212.

²² *Ibid.*, p. 213.

Contribuições da experiência argentina

Para o estabelecimento de contribuições da experiência argentina para o caso brasileiro é necessário empreender uma comparação entre os casos, a fim de perceber a validade da transposição de análises.²³ Além disto, esta comparação permite o estabelecimento de novas abordagens para fenômenos inéditos: “dicha comparación, aunque a veces no aparecía explicitada, es absolutamente necesaria, ya que de otra forma no se podría atribuir un nombre a los mencionados fenómenos nuevos. [...] Ciertos fenómenos o procesos, más documentados o más visibles en cierta sociedad, pueden haber sido igualmente importantes – aunque menos visibles o menos documentados – en otra sociedad, vecina o no de la primera en el tiempo y en el espacio.”²⁴

O estudo das ditaduras do Cone Sul em perspectiva regional ajuda na compreensão dos processos de implantação, manutenção e desmonte desses regimes e auxilia na resolução de questões teórico-metodológicas e de definição conceitual. Essas sociedades, apesar da sua heterogeneidade, faziam frente a condições externas homogêneas. Não se pode subestimar o efeito do contexto internacional, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, especialmente quando se trata de instituições cuja tarefa era a defesa da segurança nacional, considerando que essas ditaduras foram estabelecidas dentro de uma estratégia política continental, como salienta Alain Rouquié e Stephen Suffern.²⁵ Além disto, os países do Cone Sul cumprem os pré-requisitos estipulados por Marc Bloch para a aplicação da comparação: “sociedades ao mesmo tempo vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, aos menos parcialmente, a uma origem comum.”²⁶

²³ Duas reflexões sobre a utilização da metodologia comparativa na História podem ser encontradas em FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004 e em PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. 274 f.

²⁴ CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Hector. *Los métodos de la historia*. Barcelona: Crítica, 1999, p. 339-345.

²⁵ ROUQUIÉ, Alain. e SUFFERN, Stephen. Los militares en la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.

²⁶ MARC BLOCH apud HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 205.

Ao submeter estes casos à metodologia comparativa, uma das primeiras constatações é que a estratégia de implantação do terror como forma de dominação política no Brasil pode não ter sido tão extensiva como nas experiências de seus países vizinhos. Porém, em uma perspectiva macro-estrutural, o caso brasileiro possui um núcleo comum de práticas e significados com Argentina, Chile e Uruguai. Certos fenômenos ou processos, mais documentados ou visíveis em certa sociedade, podem ter sido igualmente importantes – ainda que menos visíveis ou documentados – em outra sociedade, vizinha ou não da primeira, espacial ou temporalmente. Somente uma análise detalhada das características sociais, políticas e mesmo históricas destas sociedades, até seu nível micro, poderia evidenciar as diferenças de realização desta estratégia, como salienta Irene Cardoso, uma das únicas sociólogas brasileiras que utiliza a conceituação de terrorismo de Estado para a ditadura no Brasil.²⁷

A contribuição argentina para o estudo da ditadura brasileira será analisada neste artigo através do livro de Luis Eduardo Duhalde, “El Estado Terrorista Argentino: quince años después, una mirada crítica” e dos artigos e discussões desenvolvidos por pesquisadores argentinos no livro “Fear at the edge”, pensando a chamada “cultura do medo”.

Luis Eduardo Duhalde, atual ministro de Direitos Humanos na Argentina, publicou em 1999 o livro “El Estado Terrorista Argentino: quince años después, una mirada crítica”, que se trata de uma releitura de sua obra “El Estado Terrorista Argentino” escrita em 1984. Esta última possuía uma conotação muito mais política, facilmente identificada através da data da publicação. No início dos anos 1980, na Argentina, além da transição para a democracia, o país tomava conhecimento das atrocidades cometidas pela repressão da ditadura. Apesar da proximidade dos acontecimentos, a obra de Duhalde já apresentava considerações teóricas e metodológicas sólidas para a análise do regime ditatorial argentino instaurado em 1976. A publicação de 1999 reedita a anterior, acrescentando ao texto novas análises baseadas em fatos que somente tornaram-se públicos nos últimos anos. O autor pode, com o auxílio de demais publicações surgidas no período desses quinze anos, repensar várias colocações e corroborar suas teses.

²⁷ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2 (2): 101-112, 2. sem. 1990, p. 108.

A obra de Duhalde é uma leitura obrigatória para qualquer pessoa que vá estudar a ditadura argentina sob a perspectiva do terrorismo de Estado. Através da metodologia empregada pelo autor, pode-se pensar em uma transposição de sua análise para o caso do Brasil. Existe a possibilidade de utilizar a teoria desenvolvida ao longo do livro para se pensar a ditadura brasileira e suas práticas repressivas, e compará-la, assim, aos exemplos fornecidos pelo autor para a Argentina.

Duhalde, em um primeiro momento, procura situar o Estado terrorista entre os tipos de Estados existentes, desde o democrático até mesmo as distinções entre o militar e Estado terrorista, duas categorias de Estados de exceção.²⁸ Por fim, o autor conclui que do desenvolvimento do Estado militar e de seu processo de legitimação resulta o Estado terrorista “un nuevo tipo de Estado de Excepción, cuyas especificidades le otorgan autonomía en relación al modelo de Estado Militar. [...] [El Estado terrorista es] la expresión última del denominado ‘Estado contra-insurgente’ fundado en la doctrina de la Seguridad Nacional [...]”²⁹

Em seguida, são analisadas as ações que dão origem à implantação do Estado terrorista baseadas na experiência argentina. Pensar essas ações como uma definição proporciona uma possibilidade de generalização, principalmente se tais elementos são encontrados nos demais países do Cone Sul.

A primeira dessas ações seria o controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado, através da destituição das autoridades e corpos representativos e submissão do Poder Judiciário. A supremacia do Poder Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário foi uma característica comum às ditaduras argentina, brasileira, chilena e uruguaia. No Brasil, imediatamente após o golpe, iniciou-se a chamada “Operação Limpeza”, que expurgou dos cargos legislativos municipais, estaduais e federais, vereadores e deputados eleitos que possuíam algum elo de ligação com o governo deposto ou eram considerados “subversivos”. O Poder Judiciário, de tradição autônoma no Brasil, também sofreu uma série de cerceamentos ao longo da ditadura, inclusive, com o desrespeito às sentenças proclamadas pelos juízes, civis e militares.³⁰

²⁸ DUHALDE, Eduardo Luis. *Op. cit.*, p. 211-213.

²⁹ *Ibid.*, p. 216.

³⁰ Com o Ato Institucional n. 2, os civis acusados de crimes contra a segurança nacional passaram a ser julgados por tribunais militares.

A desarticulação da sociedade política e civil, através da supressão das liberdades públicas, dissolução dos partidos e organizações políticas seria uma segunda característica do Estado terrorista. Esta é também uma constante entre os países do Cone Sul. Uma série de liberdades públicas foi proibida com o regime civil-militar, como o direito de realizar greves, manifestações e passeatas. Os partidos políticos foram extintos após a vitória da oposição em Estados-chave na eleição de 1965, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Após a extinção, criaram-se dois novos partidos, conforme as condições impostas para o jogo político pela ditadura: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Quando houve vitória do MDB, geralmente, o político vitorioso era cassado pelo regime. Para terminar, demais organizações políticas estavam extintas e proibidas de funcionar.

A terceira ação é a intervenção nos sindicatos e controle absoluto das universidades. Os sindicatos foram tolhidos de sua liberdade de atuação, como dito acima, quando proibidos de realizar greves e debater a política nacional. As universidades, assim como a educação como um todo, foi uma das esferas da sociedade mais duramente atingidas pelo regime. No Brasil, professores considerados “subversivos” foram expurgados das universidades federais, o ensino foi transformado nos moldes do acordo MEC/USAID, e a educação tornou-se muito mais tecnicista.

O controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais é a penúltima ação que caracteriza este tipo de Estado. A censura e a autocensura foram características de todo o período da ditadura brasileira, o que acarretou um nível de desinformação da população ao ponto de se pensar que se vivia em uma situação de tranquilidade.

Por fim, o ataque a grupos profissionais de relevância social, como advogados, jornalistas, psicólogos, professores, escritores e artistas parece não ter tido a mesma proporção no caso brasileiro.

Duhalde termina sua análise apontando quais seriam as práticas do Estado terrorista em sua faceta repressiva. Neste caso, não há como fazer distinções entre os regimes do Cone Sul, pois encontram-se em todos estes países essas práticas como diretrizes da ação repressiva. Em alguns casos, há diferenças de intensidade e extensividade na aplicação. Essas práticas seriam: a prática da detenção desapareição como metodologia central; o seqüestro como forma de

detenção; técnicas psicofísicas de destruição dos prisioneiros; a tortura como método institucional; técnicas destruidoras como a presença da morte, a ruptura com o mundo exterior, a perda da noção de tempo, a coisificação, os vexames psicofísicos, a tensão constante; a manipulação psicológica dos prisioneiros; o aniquilamento físico, mascarado pelos “enfrentamentos”, “suicídios”, “justiçamentos”, “acidentes” e “atropelamentos”; o efeito multiplicador do terror, através da família da vítima, etc.

Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America [Medo ao limite: Estado terrorista e resistência na América Latina] é uma obra coletiva publicada em 1992, tendo como editores Juan Corradi, professor de Sociologia na New York University, Patricia Weiss Fagen, membro da United Nations High Commission for Refugees in El Salvador e Manuel Antonio Garretón, membro da Latin America Faculty of Social Sciences em Santiago, Chile.

A obra possui um inegável destaque na historiografia sobre as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul, tanto pelas inovações teórico-metodológicas, debates e discussões, quanto pela pesquisa empírica de seus autores. Uma das principais contribuições dos autores foi abordar o medo sob uma perspectiva política, investigando a chamada “cultura do medo”, prática aplicada sistematicamente pelo terrorismo de Estado implantado na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai nas décadas de 1960 a 1980. Esta abordagem foi característica da produção historiográfica do final dos anos 1980, que procurou novos enfoques para ampliar os limites de análise empregados naquela conjuntura, dominada pelos estudos das transições políticas. As pesquisas relacionadas à reflexão acerca do medo e do terror transcenderam a lógica estritamente política que predominava nos estudos elaborados naquela década ao focar aspectos mais subjetivos – porém, sob uma perspectiva política – das sociedades que experimentaram os regimes de terror de Estado.

Os autores constatarem que a “cultura do medo” é, paradoxalmente, um fenômeno que não foi sistematicamente estudado pelos países do Cone Sul, já que este é um dos principais legados das ditaduras instauradas nas décadas de 1960 e 1970. A existência desta lacuna levou os autores a analisarem os aspectos sociais, psicológicos e ideológicos dos regimes de segurança nacional, através de uma abordagem multidisciplinar, com contribuições de especialistas das áreas da Sociologia, da Ciência Política, Psicologia, Letras, Educação, Comunicação e Direitos Humanos.

O medo que afetou diretamente as sociedades do Cone Sul, segundo os editores, originava-se da violência estatal generalizada, da erosão dos valores públicos e sociais e do constante sentimento de dúvida, incerteza e insegurança que se tornara cotidiano. Como resultado da aplicação sistemática do medo pelos regimes de terror, tinha-se a imobilidade da sociedade civil, paralisada devido à incapacidade de prognosticar o que era ou não permitido por esses governos, pois o poder político fora arbitraria e brutalmente exercido.

Através das experiências coletivas dos países do Cone Sul, o livro busca contribuir a uma abordagem política e sociológica do medo. A implementação do terror, características das ditaduras que dominaram a região, resultou em níveis sem precedentes de insegurança entre os cidadãos desses quatro países. A descrição da intensidade e profundidade e das múltiplas expressões desta insegurança e as ações de oposição e resistências levadas a cabo para a superação dos efeitos penetrantes do medo são alguns dos aspectos levados em consideração pelos autores.

Os capítulos que compõe esta obra coletiva são resultado de uma trajetória de pesquisa bastante extensa, iniciada em 1980 com o patrocínio da Social Science Research Council (SSRC) de Nova Iorque. Nos anos subsequentes, pesquisadores latino e norte-americanos e ativistas de direitos humanos apresentaram e discutiram artigos que descreviam as dinâmicas do Estado terrorista, a natureza do medo político e os esforços da sociedade civil em contabilizar os efeitos do terror e do medo. Concomitantemente à iniciativa do SSRC, estudantes e pesquisadores do Cone Sul passaram a desenvolver estudos teóricos e empíricos sobre o impacto do autoritarismo nessas sociedades. Com o crescente interesse regional em explorar estas temáticas, foi realizada a conferência internacional “Cultura do Medo” em Buenos Aires em junho de 1985, cujos textos finais apresentados neste evento são os capítulos que formam este livro.

Uma das primeiras constatações ao final do evento foi que a complexidade e as múltiplas possibilidades de análise do tema “cultura do medo” requereriam o abandono das abordagens clássicas da ciência política e da sociologia sobre as ditaduras militares e o autoritarismo, pois os golpes e os regimes instaurados nos anos 1960 e 1970 não possuem precedentes históricos. Devido ao ineditismo das ditaduras de segurança nacional, novas considerações teórico-metodológicas foram desenvolvidas no âmbito das ciências humanas para analisar as características desse período. A problemática do medo abriu novas

perspectivas sobre a política e sobre as relações entre Estado e Sociedade, assim como sobre o poder e a dominação, e elucidou a estrutura institucional do medo, suas formas de produção e superação na sociedade, a psicologia social do medo e seus efeitos nas vítimas e nos perpetradores.

Para abranger o maior número possível de perspectivas, o livro foi dividido em quatro partes: a primeira parte destina-se à definição e caracterização da cultura do medo; a parte dois examina as diversas formas de implantação do medo nos países do Cone Sul; a terceira parte analisa as diferenças e similitudes entre as manifestações do medo e as condições em que o medo foi combatido e eliminado; a parte quatro, encerrando o livro, discute os legados e as seqüelas políticos, sociais, econômicos e culturais do medo na sociedade.

A partir da publicação de *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America* em 1992, a obra tornou-se referência obrigatória para os pesquisadores das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. As contribuições relativas à multidisciplinaridade e o fornecimento de aparatos teórico-conceituais proporcionarão, ainda, uma série de novas abordagens a temáticas já estudadas e abrirão um campo de possibilidades de estudos de questões inéditas.

Considerações finais

Através da contribuição de apenas dois exemplos de produção de pesquisadores argentinos é possível repensar os estudos sobre a ditadura brasileira. O exercício de preocupar-se com a produção historiográfica latino-americana ainda é incipiente no Brasil, o que faz com que as discussões há muito realizadas pelos vizinhos do Cone Sul demorem muito tempo para ser assimiladas e discutidas no país.

Esta é, sem dúvida, uma barreira que deve ser transposta, principalmente em relação aos estudos das ditaduras de segurança nacional, pois, guardadas as especificidades de cada caso, este foi um fenômeno regional.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 205.

CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Hector. *Los métodos de la historia*. Barcelona: Crítica, 1999.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2 (2): 101-112, 2. sem. 1990, p. 108.

_____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patrícia W.; GARRETÓN, Manuel A. (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Califórnia: University of California Press, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 20.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Societies of fear: the legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PIERRE, Héctor L. Saint. ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir “terrorismo”. In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). *Escritos sobre terrorismo*. Buenos Aires. Prometeo Libros, 2003. p. 43.

PIERRE-CHARLES, Gérard. Dominación política y terrorismo de Estado. *Revista Mexicana de Sociología*, [s. l.], ano XL, v. XL, n. 3, p. 931-945, jul-set. 1978.

PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. 274 f.

TEROL, José Manuel Barrio. Insurgencia y represión: acerca de la teoría de los dos demonios. *HAOL*, [s. l.], n. 8, out. 2005, p. 91-104.